

Las contribuciones de Rosa Luxemburgo al debate del imperialismo.

Gabriela Fernandes Feliciano Murua

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

gabymurua@gmail.com

Thiago Fernandes Franco

thiagoffranco@yahoo.com.br

Recibido: 15/06/2016

Aceptado: 10/10/2016

The contributions of Rosa Luxemburg to the imperialism debate.

As contribuições de Rosa Luxemburgo ao debate do imperialismo.

Resumen

La controversia sobre la interpretación del imperialismo como *política o fase histórica* del capitalismo es un punto nodal en los debates "clásicos" y "contemporáneos" sobre el imperialismo. En este punto, durante los más de cien años de esta historiografía, tiene una línea predominante que acercar a la comprensión de Rosa Luxemburgo del imperialismo como política preferencial del capital; y no como una fase específica del capitalismo. Este artículo se propone, por lo tanto, presentar cómo aparece la noción de imperialismo en la obra de Rosa Luxemburgo, con el objetivo de demostrar cómo esta cuestión no está posta de manera concluyente en sus textos, donde podemos identificar el concepto de imperialismo como una política necesaria para la etapa histórica del capitalismo en principios del siglo XX. Se espera que contribuya con algunas preguntas que parecen ocultas en la historiografía mencionada.

Palabras clave: Rosa Luxemburgo; Imperialismo; Capitalismo

Abstract

The controversy about the interpretation of imperialism as *politics* or as *an historical phase* of capitalism is a key element in the "classic" and "contemporary" debates regarding imperialism. Throughout a hundred years of historiography, the line of thought that considers Rosa Luxemburg more coherent with the preferential politics of capital, instead of an specific phase of capitalism, has prevailed. This article aims to present how the idea of imperialism is discussed in the work of Rosa Luxemburg, with a view to demonstrate that the author's analysis is not much conclusive. In her work it is

also possible to identify considerations about imperialism as politics needed by the historical phase of capitalism, in the beginning of the twentieth century. In this sense, we hope to contribute with a historiography that still has some points to be clarified.

Key words: Rosa Luxemburgo; Imperialism; Capitalism

Resumo:

A polêmica sobre a interpretação do imperialismo enquanto *política* ou *fase histórica* do capitalismo é um ponto nodal nos debates “clássico” e “contemporâneo” sobre o imperialismo. Quanto a este ponto, ao longo dos mais de cem anos dessa historiografia, constituiu-se uma linha predominante que aproxima Rosa Luxemburgo da compreensão de imperialismo enquanto política preferencial do capital e não como uma fase específica do capitalismo. O presente artigo propõe-se, então, a apresentar o modo como a noção de imperialismo aparece ao longo das obras de Rosa Luxemburgo, visando demonstrar como essa questão não se revolve de forma tão conclusiva em seus textos, sendo possível identificar argumentos de que o imperialismo é uma política e de que o imperialismo é uma fase do capitalismo. A expectativa é contribuirmos com algumas questões que nos parecem obscurecidas por essa historiografia mencionada.

Palavras Chaves: Rosa Luxemburgo; Imperialismo; Capitalismo

Introdução

A historiografia crítica sobre *A acumulação do capital* (1913), de Rosa Luxemburgo, costuma girar em torno de um eixo explicativo segundo o qual se trata de uma grande obra, criativa, instigante, original, que, no entanto, se caracteriza por diversos erros por parte da autora

A título de ilustração do argumento poderíamos lançar mão da *Apresentação* que Paul Singer (1985) escreveu para a tradução da coleção *Os Economistas*. Neste texto, Singer afirma que “*A acumulação do capital* é não somente a principal obra teórica de Rosa Luxemburgo, mas também uma das mais significativas no campo da Economia Política marxista” (1985: XXXVI). Ainda para Singer, a “[...] seção III, ‘As condições históricas da acumulação’ [...] constitui a contribuição mais importante de Rosa Luxemburgo à Economia Política” (1985: XLI), quando

mostra que o capital não se limita a entrar em relações comerciais com o seu entorno não capitalista. À luz de rico material histórico, ela demonstra que o capital vai solapando as bases da economia natural, onde esta ainda sobrevive, de modo a quebrar sua autossuficiência, fazendo surgir em seu lugar uma economia de mercado; nas regiões em que predomina a produção simples de mercadorias, o grande capital se apodera de parte do solo para abrir espaço à sua crescente

acumulação, até arruinar os pequenos produtores. Em suma, além de condicionar e explorar o entorno não capitalista, o capital na verdade o destrói, para tomar o seu lugar, tendendo assim a expandir incessantemente o modo de produção capitalista, até moldar todo o mundo à sua imagem.

Em síntese, segundo a leitura de Singer, “esta é a base econômica do imperialismo, que não é uma fase específica da história do capitalismo, mas o acompanha, como força expansiva, desde a origem” (1985: XLI).

Uma leitura que diverge, à primeira vista, da de Singer é a de Alex Callinicos, no que se refere à relação entre imperialismo e capitalismo. Entretanto, gostaríamos de mostrar, ainda a título de exemplo, os paralelos entre a leitura destes autores.

Se para Singer a interpretação de Rosa repousa no fato de que o imperialismo *não* é uma fase do capitalismo, Callinicos destaca que ela foi “a primeira grande figura do marxismo a considerar o imperialismo como uma consequência necessária do desenvolvimento capitalista”, chegando inclusive a antecipar “a proposição posteriormente desenvolvida por Lenin e Bukharin segundo a qual o imperialismo é inescapável uma vez que o capitalismo atinja a maturidade” (Callinicos, 2009: 36).

Com o característico espanto com o qual se costuma conceber a hipótese de que Rosa acertava *apesar* de empregar um método completamente equivocado, Callinicos (2009: 36) observa inclusive que, *apesar* do reconhecimento geral dos equívocos cometidos em *A acumulação do capital*, a teoria nele contida ainda é bastante influente hoje, por exemplo, nos trabalhos de Ellen Wood e David Harvey. Callinicos – muito menos simpático à nossa autora que Harvey e Singer – no entanto, concede a Rosa “um tipo de argumentação particularmente radical e algumas vezes até sofisticado”, e uma análise sobre o imperialismo “realmente poderosa”. Não bastasse, Callinicos reconhece que Rosa “integrou a conquista colonial, os empréstimos, tarifas e o militarismo em uma totalidade analítica” (mesma página) e, em 1913, ou seja, com quase cem anos de antecipação, “pint [ou] um poderoso e original retrato do imperialismo *fin-de-siècle*” (mesma obra, p. 38).

Do nosso ponto de vista, consideramos a polêmica sobre a interpretação do imperialismo enquanto *política* ou *fase* um ponto crucial da historiografia marxista a respeito do tema e um dos principais eixos de polêmica dessa perspectiva. Neste artigo, buscaremos apresentar os motivos pelos quais discordamos parcialmente da afirmação de que para Rosa o imperialismo seria apenas uma política preferencial do capital e não

uma fase específica da história do capitalismo. Para sermos mais rigorosos, procuraremos demonstrar que em *A acumulação do capital* essa questão não é resolvida de modo conclusivo, mas apresentada de forma ambígua. Contudo, diferentemente das interpretações que creditam essa inconclusão à incapacidade de Rosa para lidar com o problema, procuraremos enfatizar que ao longo de sua obra essa questão vai crescendo de importância – como também nos demais autores da polémica. Assim, buscamos defender que o estudo cuidadoso de seus trabalhos nos auxilia na compreensão de como foi constituída a questão do imperialismo no “debate clássico” *em geral*, e na percepção de certos problemas que nos são caros na contemporaneidade.

1. O caráter capitalista da Grande Guerra

Uma das figuras de maior relevo mundial entre os quadros marxistas do seu tempo, Rosa Luxemburgo – o que raramente é destacado pela historiografia crítica deste tema – já vinha versando sobre o imperialismo em diversos textos. Em um importante artigo sobre a crise do Marrocos, publicado *em 1911*, por exemplo, Rosa, com a sua famosa elegância quanto à arte das palavras, pontua:

Uma tempestade imperialista avançou pelo mundo capitalista. Quatro potências da Europa – França, Alemanha, Inglaterra e Espanha – estão diretamente envolvidas em uma negociação que trata, primeiro, do destino do Marrocos, e, em seguida, de diversos grandes domínios da 'parte negra da terra', que volta e meia foi considerada como 'compensações'. [...] *Será que a tempestade vai produzir o raio de uma guerra homicida entre os dois continentes? Ou será que tal temporal iminente vai se recolher, revelando-se 'apenas' como a pacífica barganha que transmite alguns retalhos do mundo de um punho blindado do militarismo europeu ao outro? (...) Guerra ou paz? Marrocos pelo Congo ou o Togo pelo Taiti? São perguntas que colocam em jogo a vida ou a morte de milhares, bem como o bem-estar ou o sofrimento de povos inteiros. Por essas respostas, uma dúzia de cavaleiros industriais gananciosos barganha e mede seus comentários políticos, assim como no mercado barganha-se pela carne de cabra ou por cebolas, e os povos civilizados [Kulturvölker] aguardam numa inquietação espantosa, como rebanhos, por uma decisão. [...] Para o proletariado com consciência de classe, trata-se sobretudo, de compreender a negociação marroquina em seu significado sintomático, honrá-la em seus nexos abrangentes e em suas consequências.* (LUXEMBURGO, 1911, em LOUREIRO, 2011a, págs 411 e 412. Grifos nossos.)

De imediato chama a atenção uma questão absolutamente central: a clareza – em 1911 – de que a guerra imperialista era inevitável. Que ela pudesse ser *adiada*, ou seja, saber *quando* exatamente ocorreria o ponto de ruptura das negociações e negociatas e

chegaria a “hora do pagamento à vista”, era, deste ponto de vista, uma questão secundária. Certamente menos importante do que a preparação para o fato de que, dada a inevitabilidade do conflito que se aproximava, *era preciso estabelecer uma estratégia para os partidos operários* que tivesse a guerra como horizonte. Para a compreensão da historiografia sobre o imperialismo nessa época, cumpre que anotemos que essa percepção de Rosa – que era compartilhada com as alas mais radicais da Internacional Socialista – deixou marcas em diversos de seus trabalhos.

Com efeito, precisamos ter em mente que, àquela época, todo e qualquer esforço das lideranças radicais – o desenvolvimento de textos teóricos, cursos de formação, discursos públicos, artigos de jornais, panfletos etc. – estava animado por esse espírito. O desenvolvimento teórico do conceito *imperialismo* não pode ser compreendido senão neste contexto. Do ponto de vista dos partidos operários, contudo, essa *percepção* acerca da inevitabilidade da guerra não era suficiente. Igualmente fundamental era a tarefa de desvelar o caráter *capitalista* da corrida imperialista que, a despeito de quaisquer acordos provisórios, não tardaria a estourar. Essa era a posição defendida por Rosa (e por Lenin, dentre outros) que foi referendada no “Manifesto de Basileia de 1912”. Neste sentido, ainda no artigo *Marrocos*, Rosa argumenta que

a crise marroquina é, sobretudo, uma sátira implacável da farsa do desarmamento encenada há poucos meses pelos Estados capitalistas e sua burguesia. Na Inglaterra e na França, ainda em janeiro, os homens de Estado e os parlamentos falavam, através de chavões, acerca da necessidade de limitar as despesas com as ferramentas homicidas, em substituir a guerra bárbara por formas civilizadas de procedimentos de arbitragem. Na Alemanha, o coro dos livre-pensadores juntou-se de maneira entusiasmada aos tons dessas canções de paz. Hoje, esses mesmos homens de Estado e parlamentos apoiam uma aventura político-colonial que leva os povos para muito perto da beira do abismo de uma guerra mundial, e o coro dos livre-pensadores na Alemanha se entusiasma igualmente por essa aventura bélica como antes [entusiasmar-se] pelas declamações de paz. Essa mudança repentina de cena mostra, mais uma vez, que *as propostas de desarmamento e os anúncios de paz do mundo capitalista nada mais são que pintados panos de fundo – que de tempos em tempos podem até caber nos assuntos da comédia política, mas que são cinicamente deixados de lado quando o negócio torna-se sério. Esperar quaisquer tendências pacíficas dessa sociedade capitalista e apoiar-se seriamente sobre elas seria, para o proletariado, a autoenganação mais ingênua à qual ele poderia sucumbir.* (Luxemburgo, 1911, em Loureiro 2011a: 412-413. Grifos nossos)

Como se pode perceber, era *estratégica* para as posições radicais da Internacional a refutação da tese segundo a qual as lideranças envolvidas nas contendas

poderiam efetivamente “escolher” entre “reformas internas” e a guerra. Este ponto é absolutamente central para a historiografia marxista. Com efeito, é importante lembrarmos que é sobre essa questão que Lenin assenta sua polêmica com Kautsky em *Imperialismo*, acusando-o de trair a posição compartilhada no “Manifesto de Basiléia” e aderir ao “social-reformismo”, para o qual o imperialismo – e a guerra – seria apenas *mais uma* das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo.

Rosa Luxemburgo foi uma das principais defensoras dessas posições radicais, tanto em congressos quanto nos jornais operários em que escrevia. Mas a *teorização* sobre o imperialismo se mostrava uma tarefa menor. Para Rosa –como para Lenin e Kautsky, por exemplo– conforme gostaríamos de insistir, não se tratava apenas de uma questão teórica, mas da decisão estratégica sobre os rumos do proletariado frente ao imperialismo. Deste modo, a questão central era pensar a guerra no diapasão revolucionário; ou seja: a guerra favoreceria ou desfavoreceria a tomada do poder pelos proletários?¹

Marrocos, cumpre-nos ressaltar, não é o único texto em que Rosa Luxemburgo defende o argumento de que a dinâmica imperialista em curso se vinculava inexoravelmente ao próprio desenvolvimento capitalista. Às vésperas da declaração de guerra, em texto publicado em 18 de julho de 1914, Rosa argumenta mais uma vez que, àquela altura, a eclosão do conflito não dependia mais das “vontades” dos “comandantes em chefe”. Em suas palavras,

os acontecimentos forneceram resultados brilhantes à política internacional da social-democracia. Hoje até o cego vê que as corridas armamentistas incessantes e as apostas imperialistas levaram, com necessidade inexorável, ao resultado acerca do qual o partido do proletariado com consciência de classe havia alertado insistente e incansavelmente: à beira do abismo de uma terrível guerra europeia. Hoje até as camadas do povo que se haviam deixado capturar pela propaganda chauvinista do militarismo reconhecem, consternadas, que o processo incessante de armamento não era uma garantia de paz, mas uma semente da guerra, com todo o seu horror. (Luxemburgo, 1914, em Loureiro, 2011a: 497-199).

Hoje sabemos que foi justamente o que ocorreu logo na sequência.

¹ Assim, não espanta o fato de que o imperialismo somente seria teorizado de forma sistemática em 1916, por Lenin; muito menos causa espanto o fato de que o próprio autor reconheça que tudo o que havia para ser desenvolvido teoricamente sobre o tema já havia sido feito antes do “Manifesto de Basiléia”. Por outro lado, cumpre anotarmos que Rosa publicou sua principal obra teórica, *A acumulação do capital* em 1913 – portanto, depois de *Marrocos* – trazendo como subtítulo “contribuição ao estudo econômico do imperialismo” e mostrando o vínculo entre capitalismo e imperialismo, conforme discutiremos na seção seguinte.

Comentando os primeiros capítulos dessa trágica história, em setembro de 1914, Rosa publica *Escombros*, no qual pinta o seguinte quadro:

por todo lado o cortejo arrasador desta guerra mundial nada deixa atrás de si, em vastas extensões de terra e mar, senão escombros. (...) Guerras estendem-se como um fio vermelho por todos os milênios da antiga história da sociedade de classes. Enquanto houver propriedade privada, exploração, riqueza e pobreza, as guerras são inevitáveis e cada uma espalha à sua volta morte e pestilência, extermínio e miséria. Contudo, a atual guerra mundial supera todas as que existiram até agora em dimensão, furor e profundidade de suas consequências. Nunca tantos países e continentes foram abrangidos de uma só vez pelas chamas da guerra, nunca tão poderosos meios técnicos foram postos a serviço do extermínio, nunca tão ricos tesouros de civilização material foram vítimas da tempestade infernal. (Luxemburgo, 1914, em Loureiro, 2011a: 1-2)

Contavam-se os primeiros momentos da Grande Guerra e novamente – como em diversos outros escritos da autora – podemos verificar sua insistência em denunciar justamente o caráter *capitalista* do imperialismo.

2. O imperialismo em *A acumulação do capital* e *Anticrítica*: política ou fase?

Que em 1913, com a publicação do seu livro, Rosa Luxemburgo estava interessada na compreensão dos fenômenos relativos ao imperialismo está expresso desde logo, uma vez que o subtítulo da obra. Além disso, Rosa corrobora essa preocupação quando justifica seus esforços no livro diante de uma provável “importância para a luta prática na qual nos empenhamos contra o imperialismo” (Luxemburgo, 1985: 3) em seu curto e significativo prefácio.

O que à primeira vista nos parece curioso – a nós que estudamos as teorias do imperialismo *a partir do século XXI* – é que, embora o objetivo do livro fosse oferecer uma “contribuição econômica ao estudo do imperialismo”, “imperialismo” é uma palavra que a autora utiliza pouquíssimas vezes ao longo do texto. Para sermos precisos, além do subtítulo e do prefácio, apenas quatro vezes. A questão numérica, evidentemente, não comprova argumento algum. Mas vejamos *como* o problema aparece.

Depois de enunciar-se como uma provável protagonista do livro, a palavra volta a dar as caras somente no capítulo XXIII, na Seção II, que versa sobre *A ‘Desproporcionalidade’ do Sr. Tugan-Baranovski*. Não precisamos dedicar muita energia nessa parte. Se trata de uma nota de rodapé (mesma obra, p. 216) na qual Rosa

apresenta a crítica de Boudin a Tugan-Baranovski. Segundo ela, um grande mérito da análise de Boudin é que ele “chega logicamente à questão do imperialismo”.

Depois dessa curta aparição, a palavra imperialismo volta a aparecer somente no capítulo XXXI, *Tarifas protecionistas e acumulação*, já na Seção III. Neste capítulo estão todas as outras três vezes em que Rosa emprega a palavra imperialismo em seu livro. A primeira delas é a mais citada e que dá o fundamento de muitas interpretações sobre a leitura *luxemburguista* do imperialismo. Em suas palavras, “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (1985: 305). É predominantemente a partir daqui que se monta a narrativa historiográfica segundo a qual Rosa não percebe que o imperialismo é uma fase histórica do capitalismo (por ejemplo, Singer, 1985). Na sequência, quando analisa as contradições em que se baseia a sua interpretação da luta anti-imperialista, Luxemburgo (1985: 305) afirma que

dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta entre os países capitalistas na conquista de regiões não-capitalistas, o imperialismo tanto aumenta em violência e energia seu comportamento agressivo em relação ao mundo não capitalista, como agrava as contradições entre os países capitalistas concorrentes.

Ao que conclui que

quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital. O imperialismo é tanto um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência. [...] A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes.

Aqui *imperialismo* aparece como 1) “expressão política do processo de acumulação do capital”, 2) algo que “agrava as contradições entre países capitalistas concorrentes” e 3) “método histórico”. Contudo, nessa última aparição, surge um problema que até então não havia ocorrido: se o imperialismo é uma política que acompanha universalmente a acumulação do capital quais são essas “formas que caracterizam a fase final do capitalismo como um período de catástrofes”?

Como dissemos, ao longo de todo o livro, essas são as únicas vezes em que Rosa emprega a palavra “imperialismo”. Mas em seu trabalho, Rosa também *adjetiva* esse

termo. Vejamos como aparece o adjetivo “imperialista” e o que ele revela sobre o problema enunciado.

No prefácio, ela fala de “política imperialista atual” (Luxemburgo, 1985: 3). No capítulo XXI, *As ‘terceiras pessoas’ e os Três Reinos de Struve*, refere-se ao “programa liberal de expansionismo imperialista do capitalismo russo” (1985: 199) e depois associa o termo aos “apetites imperialistas dos três grandes malvados” – a título de curiosidade: Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos, ironicamente chamados de “novos mercantilistas” (1985: 200). No capítulo XXX, *Os empréstimos internacionais*, aparece também como a “profissão de fé imperialista” de um “extraordinário agente da civilização capitalista em países primitivos” (1985: 299, nota de rodapé), de um modo próximo ao que aparece no capítulo XXIX, *A luta contra a economia camponesa*, o “programa imperialista de Cecil Rhodes” (1985: 284).

Até aqui, todas as aparições de “imperialista” parecem corroborar a associação deste termo a uma política do capital. Mas neste mesmo vigésimo nono capítulo ocorre uma mudança de significado bastante importante: “imperialista” não é usado apenas como um adjetivo de uma política, mas também para demarcar uma *temporalidade específica* – caracterizada pela maneira *específica* pela qual se articulava o militarismo e a acumulação do capital. Neste momento, na parte final de seu livro, Rosa chama a atenção para o fato de que caso não fosse mais possível acumular com a destruição de formas-sociais não-capitalistas. Ou seja, se o mundo algum dia chegasse a ser constituído apenas de capitalistas e trabalhadores assalariados – como pressupõe o esquema de reprodução de Marx *que ela critica* –,

a impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas, e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da *última fase, imperialista*, como *período final da trajetória histórica do capital*. (1985: 285, grifos nossos)

Podemos perceber, portanto que a ideia de que o imperialismo é uma “última fase”, o “período final da trajetória histórica do capital” *está* presente nos argumentos de Rosa em 1913. Quatro anos antes da publicação do *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lenin, costumeiramente tratado como a primeira pessoa a articular o imperialismo como uma fase histórica do capitalismo. Emblematicamente, essa não é a única vez que o adjetivo imperialista aparece associado à ideia de estágio último do

capitalismo. Isso volta a acontecer no capítulo XXX, *Os empréstimos internacionais*, no qual encontramos a ideia de que

a fase imperialista da acumulação de capital ou a fase da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que se processava a realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras. (1985: 287, grifos nossos).

Rosa aponta, ainda, a importância dos empréstimos externos, para a dinâmica concorrencial da fase imperialista do capitalismo:

no *período imperialista*, os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e pra criá-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente. (1985: 288, grifos nossos).

Terminamos aqui a tarefa da exposição sistemática dos conceitos. Não existe mais nenhuma menção aos termos imperialismo ou imperialista em *A acumulação do capital*. O que nos cumpre registrar é que não nos parece haver dúvida de que, além de uma “expressão política” do expansionismo que caracteriza o capitalismo do primeiro ao último dos seus dias, interpretação que está presente no livro, também podemos encontrar nessa mesma obra a associação entre imperialismo a um período marcado pela “concorrência capitalista internacional”.

Assim, diferentemente do que costumamos encontrar na historiografia crítica sobre as teses luxemburgistas, esses termos significam *tanto* uma expressão política *quanto* um período ou uma fase do capitalismo. Visto *retrospectivamente* a partir de como a questão se desdobrou em um século que nos separa dessa publicação, pode parecer uma “confusão” por conta dos famigerados “equivocos” da autora. Mas isso não condiz com o fato de que, em 1913, *nenhum* dos grandes intérpretes do imperialismo geralmente alçados ao panteão dos clássicos havia apresentado a questão sem qualquer “confusão”.

Imperialismo, de Lenin é geralmente considerado como a grande síntese que organiza a questão. Desde o título, Lenin defendeu extensivamente que a melhor (a única) maneira de compreender o imperialismo é enquanto uma fase do capitalismo. Mas muita coisa aconteceu neste intervalo entre as duas obras para que se sedimentasse a percepção de que *o capitalismo havia se transformado em imperialismo* (cf. Lenin, 2011 [1917]: 127). O interessante é que essa percepção foi assumida somente pela ala mais radical do marxismo internacionalista – da qual tanto Lenin quanto Rosa sempre participaram – e em grande parte justamente por oposição às alas mais conservadoras do socialismo – para quem o imperialismo era uma “escolha política”². Para nós, o que interessa reter até aqui é que, ao contrário do que sugere a linha hegemônica das interpretações sobre o imperialismo que canoniza Lenin e diminui Rosa, a ideia de que o imperialismo é uma fase (terminal) do capitalismo e prenúncio do socialismo, mesmo que de forma aparentemente confusa – “confusão” perceptível apenas retrospectivamente – já se fazia visível para Rosa em 1913.

Um texto que corrobora a interpretação segundo a qual Rosa foi se apercebendo *gradualmente* da centralidade do imperialismo é seu *Antrícrica*, escrito em 1915 com o objetivo de refutar a gigantesca polêmica gerada por *A acumulação do capital*³. Neste texto, argumenta que

o período imperialista apresenta os seguintes sintomas: competição entre os Estados capitalistas, visando a apropriação de colônias e ao domínio de certas áreas de interesse, encontro de novas opções para a aplicação do capital europeu, sistema de empréstimos internacionais, militarismo, medidas protecionistas alfandegárias, supervalorização do papel desempenhado pelo capital bancário e pelos cartéis na política mundial, sinais que hoje são perfeitamente conhecidos como manifestações típicas do período em consideração. (Luxemburgo, 1985b: 336, grifos nossos)

Mais do que isso,

as conexões que esses sintomas apresentam com a *fase final* do desenvolvimento capitalista e a importância que eles têm para a acumulação do capital são tão aparentes que tanto os defensores do imperialismo como seus inimigos claramente os reconhecem e aceitam como tais. (mesma página, grifo nosso)

Em síntese, em 1915 – antes da publicação do livro de Lenin – Rosa já argumentava que o imperialismo – *a fase final do desenvolvimento capitalista* – era um

² Vide, por exemplo, a polêmica de Lenin com Kautsky.

³ *Anticrítica*, com efeito, só foi publicado em 1921, quando Rosa já havia sido assassinada. Sobre isso, ver Franco (2015).

período caracterizado pela rivalidade colonialista dos Estados e a concorrência do capital; “o fenômeno exponencial da vida pública moderna” (mesma página).

3. O imperialismo no *Rascunho das Teses de Junius*

Mesmo que não peremptoriamente resolvida do ponto de vista conceitual – sendo que o imperialismo às vezes é chamado de *política*, às vezes de *fase* – a relação entre as contradições da acumulação do capital e o imperialismo é defendida por Rosa com bastante clareza. Podemos notar que, ao longo dos anos – a partir da posição da social-democracia – vai-se enfatizando a ideia de que a rivalidade imperialista não é uma questão de “escolha”, mas responde a imperativos capitalistas que têm relação direta com os processos que vinham ocorrendo naquele *momento*. Independentemente de como aparecia *no discurso* a relação entre capital e imperialismo, o desafio já estava posto de modo cristalino: o combate a “o colosso triunfante do imperialismo” (Luxemburgo, 1918, em Loureiro, 2011b, p. 331). Essa constatação é importante para que tenhamos dimensão da importância que o imperialismo assume em outras obras de Rosa geralmente negligenciadas na historiografia específica sobre o imperialismo – que tem o péssimo vício de citar apenas as obras canônicas como se fossem a verdade sobre a interpretação daqueles autores e de nossa autora sobre o assunto. Vejamos como a questão aparece no *Rascunho das Teses de Junius* (Luxemburgo, 1916, em Loureiro, 2011b) dos quais reproduziremos as passagens em que ela trata da questão específica do imperialismo. Em suas teses:

1. A guerra mundial reduziu a pó os resultados de quarenta anos de trabalho do socialismo europeu, aniquilando a importância da classe trabalhadora revolucionária como fator de poder político e o prestígio moral do socialismo, fazendo explodir a Internacional proletária, conduzindo as suas seções a um fratricídio mútuo e acorrentando ao barco do imperialismo os desejos e as esperanças das massas populares nos países capitalistas mais importantes. (mesma obra, p. 9)
2. Com a aprovação dos créditos de guerra e a proclamação da união nacional [*Burgfrieden*], os dirigentes oficiais dos Partidos Socialistas na Alemanha, França e Inglaterra reforçaram o imperialismo na retaguarda, levaram as massas populares a suportar pacientemente a miséria e o horror da guerra, contribuindo assim para o desencadeamento desenfreado da fúria imperialista, para o prolongamento do massacre e para o aumento de suas vítimas – partilham, portanto, a responsabilidade pela guerra e suas consequências. (mesma obra, p. 9 e 10) [...]
5. A guerra mundial não serve nem à defesa nacional nem aos interesses econômicos ou políticos das massas populares, quaisquer

que sejam; ela é simplesmente fruto das rivalidades interimperialistas entre as classes capitalistas de diferentes países pela dominação do mundo e pelo monopólio da exploração e do empobrecimento dos últimos restos do mundo que o capital ainda não dominou. Nesta *época de imperialismo desenfreado* já não podem haver guerras nacionais. Os interesses nacionais servem apenas de mistificação para pôr as massas populares trabalhadoras a serviço do seu inimigo mortal, o imperialismo. (mesma obra, p. 10, grifo nosso)

6. A liberdade e a independência, para qualquer nação oprimida, não podem brotar da política dos Estados imperialistas, nem da guerra imperialista. As pequenas nações não passam de peças no jogo de xadrez das potências imperialistas e, assim como as massas populares trabalhadoras de todos os países beligerantes, são usadas como instrumento durante a guerra para serem, depois da guerra, sacrificadas no altar dos interesses capitalistas. (mesma página)

7. Nessas circunstâncias, qualquer que seja o derrotado ou qualquer que seja o vitorioso, a atual guerra mundial significa uma derrota do socialismo e da democracia. Qualquer que seja a saída – exceto se houver a intervenção revolucionária do proletariado internacional –, ela só conduz ao reforço do militarismo e do marinismo, dos apetites imperialistas, dos conflitos internacionais, das rivalidades econômico-mundiais e da reação no plano interno (dos proprietários de terra, dos provocadores, do cartel da indústria, do clericalismo, do chauvinismo, do monarquismo); em contrapartida, leva ao enfraquecimento do controle público, da oposição, assim como reduz os parlamentos a instrumentos obedientes do militarismo em todos os países. Portanto, em última instância, essa guerra mundial trabalha apenas para que, depois de maior ou menor intervalo de paz, uma nova guerra seja deflagrada. (mesma obra, p. 10-11)

8. A paz mundial não pode ser garantida por tribunais de diplomatas capitalistas, nem por acordos diplomáticos sobre o ‘desarmamento’, sobre a pretensa ‘liberdade marítima’, nem por ‘alianças dos estados europeus’, ‘uniões alfandegárias na Europa central’, ‘Estados-tampões’ e semelhantes projetos utópicos ou no fundo reacionários. O imperialismo, o militarismo e a guerra não podem ser eliminados nem contidos, enquanto as classes capitalistas exercerem sua dominação de modo incontestado. A única garantia e o único apoio da paz mundial são a vontade revolucionária e a capacidade da ação política do proletariado internacional. (mesma obra, p. 11)

9. *O imperialismo como última fase e apogeu do domínio político mundial do capital* é o inimigo mortal comum do proletariado de todos os países e é contra ele que deve concentrar-se, em primeiro lugar, a luta da classe proletária, tanto na paz quanto na guerra. Para o proletariado internacional a luta contra o imperialismo é, ao mesmo tempo, a luta pelo poder político estatal, o conflito decisivo entre socialismo e capitalismo. O destino do objetivo final socialista depende de que o proletariado internacional recobre ânimo e enfrente o imperialismo em toda linha e faça da palavra de ordem ‘guerra à guerra!’, com toda a força e com extrema coragem para o sacrifício, a norma de sua prática política. (mesma obra, p. 11, grifos nossos)

Fazemos esse resgate por dois motivos interligados. O primeiro deles é referendar nosso argumento central: não é correta a interpretação segundo a qual Rosa não percebe que o imperialismo é uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo. O segundo ponto é apontar o protagonismo paulatino que o imperialismo passa a assumir nos textos de Rosa, chegando a compor o núcleo de suas proposições políticas.

4. Sobre a posição ambígua de Rosa no que toca ao imperialismo e seu legado à periferia do capitalismo: a “economia” e a “política”

Diante dos argumentos expostos, como podemos analisar essa dubiedade (fase e política) da posição de Rosa com relação ao imperialismo? A postura usual é mais uma vez reafirmar as fragilidades de Rosa frente aos outros teóricos do imperialismo. Para tanto, seleciona-se arbitrariamente alguns trechos de cada uma das obras canônicas e aponta-se as ausências. Somos contrários a esse procedimento (Cf: Franco, 2015, capítulo 9). Defendemos que o pensamento crítico não deve ser arbitrário e que a compreensão do imperialismo não pode se limitar aos textos canônicos.

No que toca especificamente à autora que nos propusemos analisar aqui, temos que lembrar que Rosa Luxemburgo não apenas é uma das principais defensoras da posição radical – que defendia a inexorável relação entre o capitalismo e a guerra – como, pelo menos desde seu famoso artigo *Reforma Social ou Revolução?* – conhecido pela historiografia como *Anti-Bernstein* – de 1899⁴ (Luxemburgo, 1899, em Loureiro, 2011a) já vinha procurando – com bastante êxito, inclusive – *provar* que não existe qualquer possibilidade de desenvolvimento pacífico do capitalismo. É claro que a *demonstração* desta tese não é algo trivial. Rosa Luxemburgo tinha plena consciência disso, o que fica claro quando observamos que, em carta a Leo Jogiches – naquele momento seu companheiro e cúmplice intelectual – confessa que, sobre o texto contra Bernstein: “há dois problemas difíceis: 1) escrever sobre a crise; 2) demonstrar de modo inequívoco que o capitalismo fracassará”, ao que acrescenta que “é *indispensável* prová-lo, mas isto significa escrever concisamente um novo argumento para o socialismo científico.” (Luxemburgo, 1983 [1915]: 80, grifo da autora).

⁴ Portanto mais de uma década antes de *Marrocos*.

Nunca foi fácil *provar* essa relação. Mesmo para nós, um século depois dessas publicações, não é trivial passar da *intuição* à *demonstração*⁵. Mas não deixa de ser espantosa a precocidade com que Rosa percebeu que nas questões mundiais “expressam-se nitidamente, outra vez, o nexó íntimo entre a política mundial e as condições políticas internas dos Estados” (Luxemburgo, 1911, em Loureiro 2011a: 413).

Dentre as principais heranças do pensamento de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo, sem dúvida o principal destaque é a sua ênfase na correlação entre a acumulação de capital e o imperialismo, de tal sorte que a própria acumulação “normal” do capital *necessariamente* engendra processos de expansão que, concretamente, acabam por significar a expansão do modo de produção capitalista e a destruição de todas as demais formas de vida (Cf. Franco, 2015). E é nesse sentido específico que o pensamento de Rosa apresenta uma atualidade fundamental para a luta política latino-americana, posto que em nosso continente ainda temos uma ampla gama de sociedades que estão ameaçadas por mais uma leva de expansão capitalista, como fica evidente em conflitos do capital contra populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas⁶.

O que estamos sugerindo é que Rosa percebe que cada uma dessas “novas aventuras” imperialistas é “apenas uma consequência lógica de desenvolvimentos políticos e econômicos internos da sociedade burguesa de classes” na busca por dilapidar formas de vida “tradicionais” e “engolí-las ao modo capitalista”, uma vez, que, este é o “sentido de cada fragmento do desenvolvimento da política mundial” (Luxemburgo, 1911, em Loureiro 2011a: 415). Concede-se uma visão do imperialismo enquanto uma totalidade histórica movida pela incessante acumulação do capital.

Mas a tarefa de compreender Rosa Luxemburgo não é das mais fáceis. Para além do imenso volume – afinal, ela era uma das mais ativas e importantes jornalistas da social-democracia mundial – e do fato de que frequentemente os textos de Rosa estão

⁵ Em especial, ainda que com muitos avanços, resta uma enorme – e sabida – tarefa para a esquerda latino-americana na constituição de um pensamento crítico anti-imperialista, a despeito da imensa contribuição que nosso continente oferece – há muito – para os povos oprimidos de todo o mundo.

⁶ Gostaríamos de destacar a coerente atuação da Fundação Rosa Luxemburgo, que em seu escritório regional do Brasil e Cone Sul tem como eixos principais de trabalho a “resistência nas cidades, com foco na defesa de direitos, transparência e democracia; resistência no campo, com críticas a modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza; e alternativas ao desenvolvimentismo, com uso de experiências locais e conceitos como Bem Viver”, bem como o patrocínio de diversos trabalhos ativistas e intelectuais que atuam na luta anticapitalista. Ver <http://rosaluxspba.org>

disponíveis apenas em línguas que soam hostis para nós *latinohablantes*, a forma como os textos são organizados é também um grande empecilho para a abordagem desses problemas – e isso é uma questão que tem problemas teóricos e políticos que precisam ser encarados. É o que denuncia, por exemplo, Michael Krätke em um texto bastante pertinente, recentemente publicado na nova edição de *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. Neste artigo Krätke defende que Rosa Luxemburgo “não foi compreendida como economista, o que era por formação, por inclinação e por atividade, e sua herança teórica, hoje quase esquecida, permanece inexplorada”, sendo que, como indica no título, Rosa possui um’ *A herança econômica recalçada*. Acrescenta o autor:

no entanto, uma Rosa Luxemburgo dividida ao meio, da qual a economia política foi expulsa, serve apenas à lenda. Sua tese de doutorado, aprovada com louvor e imediatamente publicada, versava sobre o desenvolvimento industrial da Polônia no contexto do Império Russo. Uma investigação estatística, empírica e ao mesmo tempo analítica da industrialização de uma economia anteriormente regional e agrária, um argumento econômico contra o nacionalismo polonês. Ela escreveu sua obra-prima, *A acumulação do capital*, de 1913, como ‘contribuição à explicação econômica do imperialismo’. Seu trabalho principal como jornalista, professora e intelectual pública consistia no esclarecimento e na crítica: esclarecimento das condições econômicas e crítica da economia abertamente política ou aparentemente apolítica do seu tempo – esclarecimento e crítica do desenvolvimento do capitalismo atual, na Europa e no mundo inteiro. Os escritos aos quais a belicosa e nobre pena de Rosa Luxemburgo deve sua fama são incompreensíveis se nos esquecermos da economista política. (Krätke, 2015: 75-76).

Para nós, que nos interessamos pela consideração crítica sobre a herança de Luxemburgo para a “teoria clássica do imperialismo”, a interpretação de Krätke implica numa dupla mudança de postura com relação à historiografia sobre Rosa Luxemburgo. Por um lado, com a (re) consideração – por parte dos leitores em geral, não somente economistas – das obras ditas econômicas – como *A acumulação do capital* e *Introdução à economia política*. Mas por outro lado, seria também preciso encarar as obras ditas “políticas”, que não são tão “políticas” assim. A título de exemplo, para confirmar sua hipótese de leitura, apresenta três textos “políticos”. Para ele, é preciso considerar que

no anti-Bernstein (Reforma social ou Revolução?), de 1899, não se trata de preferências políticas, de estratégia e tática. Trata-se centralmente e em primeiro lugar da questão de se devem ser e como devem ser julgadas as modificações estruturais do capitalismo mais recente, ou seja, desde o início da primeira Grande Depressão em 1873 – e o que essas modificações estruturais significam para o futuro

do capitalismo. (...) Segundo a crítica de Rosa Luxemburgo, Bernstein não entendia o que de fato tinha mudado no decorrer da Grande Depressão e durante os primeiros anos da longa prosperidade – nem o desenvolvimento mais recente das grandes empresas capitalistas, nem o desenvolvimento do sistema de crédito e dos mercados financeiros, nem as enormes mudanças no mercado mundial que levaram à corrida imperialista dos principais países capitalistas. (Krätke, 2015: 76).

Krätke segue argumentando que o “escrito [de Rosa] sobre a greve de massas foi um trabalho pioneiro. Uma questão aparentemente apenas tática do movimento operário é tratada aí de modo exemplar, a saber, em termos econômicos e políticos” (Krätke, 2015: 77). Por fim,

também a *Brochura de Junius*, publicada em 1916 com o título de *A crise da social-democracia*, trata de economia política. (...) Ela examinou sucessivamente as particularidades do desenvolvimento capitalista nesses países, que, na Europa e no mercado mundial, se encontram como grandes potências concorrentes e rivais – começando pela já contestada força hegemônica do mercado mundial, pelo capitalismo britânico e a versão britânica de imperialismo, passando pelos capitalismo francês e alemão e suas políticas coloniais, até o capitalismo austríaco, italiano e russo e suas respectivas variantes de imperialismo. (Krätke, 2015: 77)

O que a leitura de Krätke sugere, ao nosso juízo, não deixa de ser uma espécie de reviravolta na maneira como se lê a bibliografia luxemburguista desde muito tempo, na qual se costumou dividir os trabalhos entre politólogos e economistas, seguindo a pista do biógrafo John Peter Nettle, para quem nas obras de Rosa Luxemburgo “economia e política se dissociam completamente” (Krätke, 2015: 78). Essa é, por exemplo, a forma pela qual são editadas as obras completas em inglês, sendo que os dois volumes já publicados são assim chamados “economic writings”.

A partir de sua leitura, Krätke denuncia que, neste procedimento usual, “análises políticas, escritos de combate e estudos econômicos andam lado a lado, sem nenhuma relação entre si”. Para ele, contudo, “isto não procede de forma alguma”, porque

Rosa Luxemburgo não se enquadra em esquemas: ela não se submete à divisão de trabalho finamente depurada e academicamente estabelecida entre, de um lado, “teóricos do Estado”, “teóricos da revolução” e, do outro, “teóricos das crises e do capitalismo”. Desde o início, ela considera o processo mundial e histórico da acumulação do capital como sendo ao mesmo tempo econômico e político. Tomadas como um todo, como um processo de desenvolvimento histórico, a acumulação capitalista e sua dinâmica específica somente podem ser compreendidas quando se tem em vista a relação do processo econômico com a violência política, da “concorrência pacífica” com a “violência ruidosa” do Estado capitalista. Apenas juntos, “interligados organicamente”, o processo econômico e a violência do Estado

resultam no processo histórico da “trajetória do capital”. (Krätke, 2015: 78)

Para ele, portanto, Rosa Luxemburgo “entendia a economia política como uma ciência social, particular e histórica que só pôde se desenvolver com o capitalismo moderno”⁷. Mas “essa teoria não está de modo algum acabada”. Concordamos plenamente com o diagnóstico.

Considerações finais

Buscamos neste artigo apresentar o modo como a compreensão do imperialismo foi adquirindo maior envergadura e complexidade ao longo das obras de Rosa Luxemburgo, assim como ocorreu com outros autores marxistas do mesmo período – por exemplo, o próprio Lênin. Pretendíamos com isso, defender a hipótese de que nessa autora é possível entender o imperialismo como uma política, mas também como uma fase histórica do capitalismo.

Consideramos que a difusão da tese de que a autora equivocadamente utiliza o conceito apenas como política resulta da escolha arbitrária de trechos de suas obras, assim como o favorecimento de obras canônicas em detrimento da análise conjunta de seus escritos. A opção por essa prática ignora uma série de textos ditos “políticos”, nos quais a autora já vinha desenvolvendo seu entendimento do imperialismo enquanto um período do sistema capitalista.

⁷ “Essa nova ciência foi inventada porque a realidade econômica cotidiana do capitalismo parecia, e deveria parecer, impenetrável, enigmática aos que dela participavam. Pelo fato de no capitalismo a economia ‘ter-se tornado um fenômeno estranho, alienado, independente de nós’, era necessário um esforço científico, eram necessárias pesquisa e formação teórica para sondar ‘o sentido e a regra’ dessa economia social. Sem o ‘fetichismo’, sem o mundo de ponta-cabeça das relações de produção capitalistas, não há economia política. No caos dos acontecimentos do mercado já os economistas clássicos encontravam conexões, leis. Por detrás da confusão perturbadora das oscilações do mercado, das conjunturas e crises, era possível encontrar uma ordem dominante carregada de conflitos: o domínio do capital, uma forma característica de economia, historicamente específica, baseada na anarquia do mercado e na livre concorrência, na atomização da reprodução social, baseada em numerosos empreendimentos e domicílios privados. Todas as categorias da economia teórica são ao mesmo tempo históricas, com alcance e validade diferentes. A crítica da economia política, a obra de Marx, rompe o fetichismo, a falsa aparência das relações econômicas ‘naturais’, sem validade temporal, e mostra por toda a parte o sentido e o caráter históricos das categorias que, como valor, mercadoria, dinheiro, mercado, circulação, capital, e assim por diante, são os elementos da teoria econômica. Na crítica, esses elementos foram ligados pela primeira vez na ‘teoria do desenvolvimento capitalista’, tal como se exprime na curta e adequada fórmula de Rosa Luxemburgo.” (Krätke, 2015: 79).

Ademais, julgamos que um outro aspecto para a disseminação equivocada deste argumento é resultante da compartimentação das ciências humanas, tal como a conhecemos atualmente nos ambientes acadêmicos. Todas as autoras e os autores clássicos do imperialismo – nos quais incluímos Rosa Luxemburgo – escreveram suas obras no início do século XX, período em que a compartimentação não havia atingido o nível que encontramos na atualidade. Deste modo, consideramos que há nestes autores um forte entrelaçamento entre economia e política e não uma separação tão estanque, tal qual observamos em nossos dias.

A separação das leituras da autora entre os politólogos e os economistas obscurece as relações existentes entre imperialismo, Estado, política, desenvolvimento do capitalismo ao longo da história e revolução proletária, elementos imbricados em todo seu debate teórico e sua prática política. Isso fica evidente, ao nosso entender, quando juntamos aos livros clássicos seus escritos jornalísticos e políticos, nos quais a autora defendia inexoravelmente a relação entre o desenvolvimento do capitalismo, o acirramento da concorrência entre as potências e a guerra imperialista.

É nesse sentido que reivindicamos um olhar cuidadoso e mais integral à obra de Rosa Luxemburgo, considerando que a mesma possui contribuições cruciais para o debate clássico e contemporâneo do imperialismo, sobretudo no que diz respeito à conexão necessária entre o desenvolvimento capitalista e as demais formas arcaicas encontradas nas periferias do mundo, elemento muitas vezes negligenciado para a compreensão da fase imperialista.

Rosa Luxemburgo não cabe nesse tipo de esquematismo acadêmico. Nem tampouco cabe qualquer tipo de canonização. Por mais que qualquer alma sensível se apaixone pela figura de Rosa e pela sua fina inteligência, a tietagem é uma afronta à sua memória crítica. É preciso encarar suas lacunas. O objetivo deste trabalho –com limites de espaço– foi apontar elementos de sua obra que devem ser melhor compreendidos pela historiografia do imperialismo. É preciso escrevermos outros trabalhos sobre suas limitações e sobre os vínculos dos problemas do imperialismo com as dinâmicas sobre a própria reprodução social – por exemplo o famoso debate sobre Reforma-Revolução. E ainda há muito a ser escrito sobre o problema do imperialismo em seu próprio tempo, incluindo os autores malditos e renegados (como Kautsky e Bernstein, por exemplo) e os textos não-canônicos de cada uma dessas pessoas envolvidas no debate.

Apenas a título de sugestão, aproveitando a ampla divulgação deste trabalho no âmbito de um dossiê latinoamericano dirigido a pesquisadoras e pesquisadores do imperialismo em nosso continente, gostaríamos de deixar registrado que, sob nosso ponto de vista, é preciso encarar também a difícil tarefa de fazer dialogar a historiografia sobre Rosa com o principal conceito ausente em sua teoria: o *capital financeiro* de Rudolf Hilferding – apropriado por Lenin em *Imperialismo* de forma muito inteligente. Procuraremos encarar esse problema em textos posteriores.

Bibliografia

CALLINICOS, A. (2009), *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge/Maiden: Polity Press, 295 p.

FRANCO, T. F. (2015), *Sobre a Odisséia do Capital: comentários acerca da historiografia do Imperialismo Capitalista em nossos dias*. 584 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico - História Econômica, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (unicamp), Campinas. Disponível em: <https://www.academia.edu/22347871/Sobre_a_Odisseia_do_Capital_comentarios_acerca_da_historiografia_do_Imperialismo_Capitalista_em_nossos_dias_2015_tese_de_doutorado_>. Acesso em: 15 jan. 2016.

KRÄTKE, M. *A herança econômica recalçada*. Em SCHÜTRUMPF, J. (Org.), (2015), *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 216 p. 2ª edição ampliada. Revisão técnica: Isabel Loureiro. Traduções: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2015/05/Rosa-Luxemburgo_versao-web.pdf>. Acesso em: 117. Out. 2016.

LÊNIN, V. (2010), *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 128p.

LOUREIRO, I. (Org.), (2011a), *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume I (1899-1914)*. São Paulo: Unesp, 251 p. Tradução do alemão de Stefan Fornos Klein; tradução do polonês de Bogna Thereza Pierzynski, Grazyana Maria Asenko da Costa e Pedro Leão da Costa Neto.

_____; (Org.), (2011b), *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume II (1914-1919)*. São Paulo: Unesp, 413 p. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro.

LUXEMBURGO, R. (1985), *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, [1912-1924]. 1 v. (Os economistas). Tradução de: Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas.

SINGER, P., (1985), Apresentação. Em: Luxemburgo, R. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, p. VII-XLII. (Os economistas).

